



27 de junho de 2012

TRIBUNAL JULGA HOJE O DISSÍDIO

Reafirmamos nossa pauta de reivindicações e queremos um julgamento justo

O Tribunal Regional do Trabalho marcou para esta quarta-feira, dia 27 de junho, às 15h30, o julgamento do dissídio coletivo dos metalúrgicos do setor naval de Niterói. Na quinta, dia 28, o Sindicato lançará um outro boletim esclarecendo o resultado do Tribunal. De imediato, a direção sindical iniciará um trabalho buscando um acordo complementar diretamente com as empresas.

O objetivo do Sindicato é de ouvir toda a categoria, garantindo total transparência, segurança e tranquilidade para que o conjunto dos trabalhadores – e não uma pequena minoria – decida os próximos passos da campanha salarial. Nosso objetivo continua o mesmo que orientou até agora a construção de uma campanha salarial vitoriosa.

Lema da oposição é “façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço”

Não permitiremos que os nossos companheiros sejam arrastados em aventuras partidárias, nem que sirvam de cobaias de dirigentes sindicais de outras categorias que querem usar nossos companheiros para fazer todo tipo de loucura, que eles não fazem onde eles próprios dirigem os sindicatos.

Companheiros, tudo o que eles puseram aqui eles não fazem onde são direções sindicais. O lema deles é: “Façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço”.

Acreditem, somos os maiores e verdadeiramente os únicos interessados na vitória de nossa campanha salarial. Para isso, a união da categoria é o único caminho.

Eles só tomaram a decisão de precipitar a decretação da greve quando perceberam que o Sinaval estava encurralado

e ia ser obrigado a apresentar uma boa proposta. Eles conhecem a disposição de luta dos nossos companheiros. Pior ainda foi que, maldosamente, fizeram uma greve de forma errada e empurrando para cima da direção do sindicato. Sabiam que provocaria imensos prejuízos ao trabalhador, tais como o pagamento de dias parados e possíveis retaliações. Agora com a chegada do julgamento, está batendo o desespero nos mentirosos. Está chegando a hora da verdade e ela é uma só.

O trabalhador não é obrigado a entender de lei, mas aqueles que se propõem a dirigir o sindicato, sim. Você, companheiro, com certeza, conhece um advogado trabalhista. Pergunte a ele se iniciar uma greve antes do fim das negociações não prejudica a categoria? Qualquer advogado sério vai responder que sim. É

obrigação de uma direção do sindicato, que tem compromisso com o trabalhador, de esgotar as negociações. Essa era a proposta do Sindicato desde o início da campanha salarial.

No laboratório do inferno, a oposição planejou uma armadilha covarde contra o trabalhador, na sua ambição desmedida de conquistar o Sindicato. Tudo começou com uma análise errada da oposição. Se esse pequeno grupo permitisse que a negociação prosseguisse normalmente - já tinha chegado a 7,5% -, as negociações ainda permaneceriam abertas, já que os donos dos estaleiros resolveram assumir pessoalmente as negociações. Eles, com certeza, apresentariam uma nova proposta, que deveria ser a melhor do setor naval e estaria entre os melhores acordos salariais do Brasil.

Oposição mente para criar uma falsa mobilização

A oposição planejou que o único jeito seria detonar a negociação.

Vejam só. É muito simples: a gente inventa uma mentira que deixe o trabalhador muito revoltado, como, por exemplo, que o Sindicato perdeu a data base, faz uma passeata com o carro de som de outro sindicato, organiza uma tropa de choque com a garotada do partido, não deixa a direção do sindicato falar e decreta a greve na marra. O resto a gente já sabe. Os patrões vão pra justiça, não tem mais negociações e aí a gente só tem o trabalho de empurrar a greve o máximo que a gente puder. No final, quanto maior for o prejuízo, quanto mais dias parados, quanto mais retaliações houver, mais raiva o trabalhador terá da direção do sindicato. Assim é dada uma chave de braço depois da greve que nem os patrões poderão mais negociar. Sem negociação, a decisão fica nas mãos do tribunal.

Como se não bastasse, na última manifestação da oposição, na semana passada, Paulinho fez no microfone uma proposta absurda, propondo decretar greve contra a decisão do tribunal, o que traria multa diária para o sindicato e mais o desconto dos dias parados.

Paulinho e Lurdinha, que estão confortáveis como aposentados no INSS, não vão pagar os dias parados nem correm o risco de sofrer retaliações. Valência inútil e falsa.

Nós jamais poderíamos acreditar que um grupo teria coragem de colocar seus objetivos pessoais acima dos interesses dos trabalhadores. Eles tramaram, sim, para colocar o trabalhador nas mãos do tribunal.

Conclusão, Precipitar a decretação da greve só nos trouxe retrocesso!

- Travaram as negociações.
- 16 dias parados para negociar.
- Problemas internos, como fila de almoço e retaliações.
- Não pagamento do tíquete alimentação e cesta básica.
- Transferir para o tribunal a decisão que era das negociações diretas entre trabalhadores e patrões.
- Sem falar que voltamos ao mesmo estado de greve, que a nossa direção sindical defendeu no dia 30 maio passado.

Sindicato garante o adiantamento salarial

No dia 19 de junho passado, tão logo tomou conhecimento de que as empresas estariam retaliando os trabalhadores que aderiram à greve, a direção do nosso Sindicato, imediatamente, enviou ofício ao Sinaval, com o objetivo de evitar as represálias. Fizemos negociações na UTC, que culminou com o fim da paralisação interna. No Estaleiro Mauá, a negociação acabou sendo mais de caráter preventivo, pois deu tempo de orientar os trabalhadores antes que houvesse qualquer tipo de movimento equivocado. No STX, apesar de uma tentativa de paralisação equivocada comandada por Juninho e Rudney, os trabalhadores resolveram acreditar na direção do Sindicato, que negociou com a direção da empresa, com sucesso. Os trabalhadores, então, resolveram não prosseguir com o movimento.

Quando falamos em movimento equivocado é porque a paralisação naquele momento só beneficiaria a empresa, que teria nas mãos todas as provas para ir à justiça, buscando condenar os trabalhadores por intransigência. Novamente, um movimento grevista ia acontecer com a solução já negociada.

Onde já se viu fazer uma paralisação para não receber? Foi o que estava sendo proposto pela oposição. Ao defender a paralisação, esse pequeno grupo queria levar os trabalhadores a perderem o adiantamento salarial, na medida que a não ocorrência de movimento era condição para que no dia seguinte fosse efetuado o pagamento dos trabalhadores.

Petrobras adia Comperj

A Petrobras decidiu adiar o prazo de conclusão das obras do Comperj. A informação é da presidente da estatal, Graça Foster, ao anunciar, na última segunda-feira, dia 25 de junho, o novo Plano de Negócios 2012/16 da empresa. O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em construção em Itaboraí, não tem mais prazo de conclusão, assim como as refinarias Premium I e II, previstas para o Maranhão e o Ceará. Graça Foster disse que os prazos dos projetos estão sendo revistos.

— Nenhum projeto foi retirado do plano. Estamos reavaliando prazos. No Comperj, estamos reavaliando os prazos de uma forma mais

detalhada possível — destacou a presidente da Petrobras. Pelo plano anterior, a primeira refinaria do Comperj (de 165 mil barris diários) deveria entrar em operação entre fins do próximo ano e início de 2014. Já as duas refinarias do Nordeste saíram totalmente do plano 2012/16. Pelo plano anterior, a Premium I, no Maranhão, deveria começar a operar a partir de 2016, e a Premium II, no Ceará, a partir de 2017. “As refinarias são fundamentais, mas eu preciso saber quanto custa e quanto já fiz”, disse a executiva.

(Notícia extraída de O Globo de 26 de junho de 2012)

Não se iluda: quem convoca assembleias dos trabalhadores é a direção sindical. Não vá cair no canto da sereia daquele pessoal que quer fazer apenas campanha eleitoral, em vez de entrar na campanha salarial da categoria